


BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

COMPANHIA ABERTA

**CNPJ 04.913.711/0001-08
NIRE 15300000114**

Avenida Presidente Vargas, nº 251, Bairro Campina – CEP 66.010-000 – Belém-Pará



**Demonstrações Contábeis pela Legislação Societária
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, acompanhadas do**

Relatório dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes,

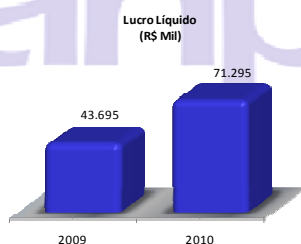
Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco do Estado do Pará S.A. (BANPARÁ), relativo ao segundo semestre e exercício de 2010, elaborados de conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Resultado no período

Os resultados do Banco do Estado do Pará S/A (BANPARÁ) no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010 foram os seguintes:.

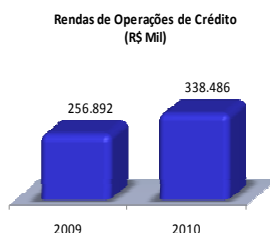
Lucro Líquido

O BANPARÁ apresentou lucro líquido de R\$ 71.295 mil , resultado 63,2% maior se comparado ao de 2009, e proporcionando rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido de 30,0% e retorno sobre os ativos de 3,8%.



Intermediação Financeira

O desempenho de 2010 reflete o crescimento das receitas da intermediação financeira, com destaque para as de operações de crédito que atingiram o valor acumulado de R\$ 338.486 mil, superior 31,8% se comparado com as de 2009.



Por outro lado, as rendas de operações com títulos e valores mobiliários apresentaram recuo de 12,1% frente ao resultado obtido em 2009.

As despesas da intermediação financeira atingiram R\$ 108.379 mil, registrando crescimento de 14,1% quando comparadas com os R\$ 94.926 mil de dezembro de 2009. Já as com captação de recursos totalizaram R\$ 89.687 mil, maior 6,5% em relação ao valor apresentado no ano anterior. No que diz respeito às despesas com provisões para risco com crédito, o saldo apresentado, de R\$ 18.690 mil, equivale a aumento de 74,5% em relação ao registrado em 2009.

O resultado da intermediação financeira, após as provisões para perdas em operações com créditos, atingiu R\$ 304.428 mil em 2010, com crescimento de 24,1% em relação ao registrado no ano de 2009.

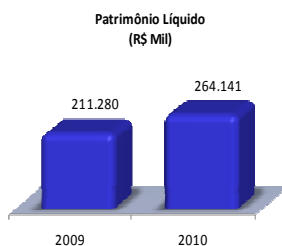
Demais Receitas e Despesas Operacionais

As rendas de prestação de serviços totalizaram R\$ 31.460 mil, com evolução de 23,9% quando comparadas com as do ano de 2009.

As demais despesas operacionais atingiram o montante de R\$ 222.500 mil, que equivale a crescimento de 10,5% frente aos R\$ 201.379 mil apresentados no período anterior. A evolução é decorrente, principalmente, do aumento dos custos administrativos (pessoal e geral) que representam 89,1% dessas despesas.

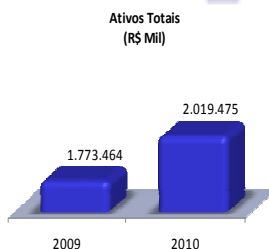
Patrimônio Líquido

O BANPARÁ registrou, ao final de 2010, Patrimônio Líquido de R\$ 264.141 mil, com expansão de 25,0% em doze meses.

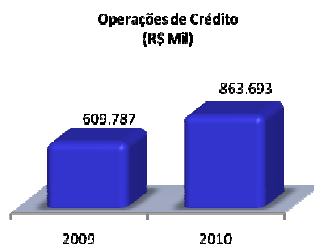


Ativo Total

Ao final de 2010, os ativos totais alcançaram saldo de R\$ 2.019.475 mil, que equivale a um crescimento de 13,9% em relação aos R\$ 1.773.464 mil de dezembro de 2009, aumento esse decorrente, principalmente, da expansão da captação de depósitos e do incremento das operações de crédito. O índice anual de retorno sobre o ativo médio passou de 2,6%, em 2009, para 3,8% no ano de 2010, ou um aumento de 1,2 %.



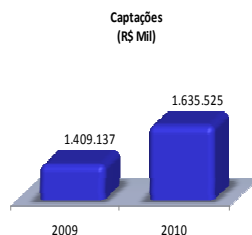
As operações de crédito aumentaram 41,6%, totalizando R\$ 863.692 mil. O segmento empréstimos pessoa física alcançou o patamar de R\$ 844.453 mil, correspondente a uma evolução de 41,8% quando comparado com o saldo de R\$ 595.482 mil apresentado em dezembro de 2009. Nessa linha, os empréstimos consignados representam 67,8% do total da carteira.



Captação de Recursos

Os recursos captados com depósitos totalizaram R\$ 1.635.525 mil em dezembro de 2010, que equivale a um crescimento de 13,0% em relação ao ano anterior.

O saldo de depósitos à vista atingiu o valor de R\$709.684 mil, que corresponde a um incremento de 24,4% em relação aos R\$ 570.659 mil registrados em dezembro de 2009. Os depósitos de poupança totalizaram R\$ 297.359 mil, com crescimento de 28,9% frente aos R\$ 230.666 mil de dezembro de 2009. O saldo de depósitos interfinanceiros apresentou expansão de 62,5% totalizando R\$ 45.511 mil, enquanto o de depósitos a prazo atingiu valor de R\$ 582.971 mil, com aumento de 0,5% em relação ao apresentado no ano de 2009.



Mercado e Imagem

Ratings e Reconhecimentos

O BANPARÁ, em 31 de dezembro de 2010, obteve a classificação A - (em moeda nacional) atribuída pela empresa **Austin Rating**, que é inequívoca demonstração de que o Banco apresenta solidez financeira, dotada de negócio seguro e valorizado, refletindo um avanço em aspectos ligados a suporte e gestão estratégica.

Resultado desse avanço foram as premiações regionais, nacionais e mesmo internacionais, das quais destacamos:

§ A revista Valor Econômico Estados, de abril de 2010, relacionou o Banco entre os líderes da economia paraense, com base nos anuários Valor 1000 e Valor Grandes Grupos e nas demonstrações financeiras das organizações. No ranking, que reuniu as 35 maiores empresas do Estado, o seu resultado líquido obteve o sexto melhor desempenho.

§ A revista 'Latin Trade' publicou em sua edição de maio-junho/2010 reportagem que relaciona o BANPARÁ na 75ª posição entre os bancos da América Latina.

§ O Anuário Valor 1000, editado pelo Jornal Valor Econômico, relacionou o BANPARÁ na 6ª posição entre os bancos pequenos e médios.

§ O Anuário Brasileiro de Bancos elencou os 102 maiores bancos do Brasil e seus projetos na área da sustentabilidade e para a bancarização e as principais inovações na área de TI. O Programa Ambiente Amigo, a implementação do Backfone de fibra ótica, a ativação do site de contingência e o projeto correspondente não bancário foram relacionados como principais projetos do BANPARÁ.

§ - Em 2010, o BANPARÁ, mais uma vez, conquistou o Prêmio Estadual de Qualidade – PEQ/PA, concedido às instituições estaduais paraenses que buscam excelência em suas gestões.

Responsabilidade Social e Ambiental

Sintonizado com a crescente preocupação por questões ambientais, o BANPARÁ apoia projetos que contemplam a preservação do meio ambiente, promovendo e favorecendo projetos e ações de cunho socioambiental, a partir da mobilização dos seus empregados e da sociedade para a uma mudança de atitude em relação ao meio ambiente e à responsabilidade social.

As ações sociais e ambientais do BANPARÁ em 2010 envolveram patrocínios, projetos institucionais e campanhas em diversas áreas, a exemplo da Casa do Menino Jesus III, que acolhe crianças que lutam contra o câncer.

Ações de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentáveis

O BANPARÁ administra os programas de desenvolvimento econômico e social dos governos estadual e municipais. Em 2010, por exemplo garantiu:

- Financiamento pelo BANCO DO PRODUTOR de R\$ 12.700 mil em empreendimentos, gerando mais de 180 postos de trabalho;
- Concessão, por meio do CREDPARÁ, de R\$ 22.400 mil em 54 municípios paraenses, beneficiando 8.738 pessoas e gerando e mantendo 32.711 postos de trabalho;
- Incentivos Financeiros de R\$3.600 mil, na forma de financiamento a 03 empresas, fixando atividades produtivas na região;

- d) Cobertura pelo FAP de 66 operações do Bolsa Trabalho do Programa CREDPARÁ, avaliando R\$ 360 mil em operações;
- e) Aprovação de 30 projetos de investimentos produtivos do Programa PARÁ RURAL, com o emprego de R\$3.800 mil em 21 municípios paraenses, beneficiando mais de 1.436 famílias de produtores rurais – com perspectiva, em 2011, de investir mais R\$20.000 mil;
- f) Convênio com 10 Fundos Municipais de Desenvolvimento; e destes, em 04 municípios, foram beneficiadas 305 pessoas, no total de R\$380 mil, gerando/mantendo 560 postos de trabalho.

Produtos, Serviços e Canais

§ Rede de Compras - A rede reúne estabelecimentos conveniados com o banco para a venda de produtos e serviços aos correntistas portadores do Cartão BANPARÁ. É um serviço estratégico que visa a fidelização dos clientes por meio da segurança, agilidade e comodidade nas transações.

Encerramos o ano de 2010 com 1384 estabelecimentos credenciados, que efetuaram 743.035 transações. Em 2010 houve crescimento de transações de 60,5% em relação a 2009.

§ Serviço de Autoatendimento - O BANPARÁ possui 463 ATMs distribuídos em agências, postos e pontos de atendimento eletrônico, que registraram crescimento de 13,76% em quantidade de transações em relação a 2009. Além disto, possui convênios com o Banco 24 Horas e Rede Compartilhada para saques, saldos e extratos em ATMs terceirizados espalhados por todo o Brasil, que, comparando-se com 2009, assinalaram crescimento de 39,5% em quantidade de transações em relação a 2009.

§ Serviço de Internet - Em seu site institucional, o BANPARÁ disponibiliza acesso a serviços de internet banking para pessoas físicas, jurídicas e órgãos de governo. O site, ágil e moderno, proporciona aos clientes conhecer com detalhes os conteúdos dos serviços e produtos oferecidos. Os canais Internet banking pessoa física e pessoa jurídica cresceram em quantidade de transação 27,44% em relação a 2009.

§ Serviço de URA - O Banco disponibiliza a seus clientes o serviço de transações eletrônicas na Unidade de Resposta Audível (URA). Em 2010 foram realizados 1.208.691 transações como consulta de saldos e extratos via fax, proporcionando um crescimento de 7,55% em relação a 2009.

§ Serviço de Call Center e SAC - O BANPARÁ disponibiliza a seus clientes o serviço de atendimento e transações por telefone (0800 285-8080) e o serviço de atendimento ao cliente (0800 280-6605), que garantem maior facilidade e comodidade para a realização de transações e obtenção de informações por telefone. Em 2010 foram realizados 131.826 atendimentos por telefone, que correspondem a um crescimento, em 2010, de 13,57% comparando-se com 2009.

Rede de Atendimento BANPARÁ

Comprometido com a excelência no atendimento de seus clientes, usuários e com o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará, o Banco tem ampliado suas unidades no Estado. Atualmente, cobre 39,6% dos municípios paraenses, contando com uma rede de 171 pontos, distribuídos em 42 agências, 36 postos de atendimento bancário, 71 pontos de atendimento eletrônico, 12 postos de atendimento avançado e 10 caixas deslocados.

Com o objetivo de expandir a oferta de produtos e serviços aos municípios paraenses, a par de estar presente em áreas desassistidas, implementou quatro novas unidades no ano 2010 nas seguintes localidades: Água Azul do Norte, Barcarena - Vila dos Cabanos, Marabá e Redenção.

Além da sua rede própria, o BANPARÁ disponibiliza mais de 36.000 pontos de atendimento espalhados por todo Brasil em parceria com o Banco 24 Horas e Rede Compartilhada, viabilizando acesso aos seus clientes e de outras instituições financeiras.

Gestão e Tecnologia

Governança Corporativa

No BANPARÁ há consciência de que a governança corporativa é um processo de aperfeiçoamento contínuo em busca das melhores práticas de mercado visando melhorar e estreitar o relacionamento com seus controladores, acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria, Auditores Independentes e órgãos de controle.

Entre essas práticas de governança corporativa destaca-se a alteração da Diretoria Executiva para Diretoria Colegiada, assim como a ampliação da competência de comitês que auxiliam a administração do Banco na condução dos seus negócios.

O BANPARÁ mantém um componente de Ouvidoria que atua na mediação de conflitos e acolhimento de reclamações, denúncias, sugestões e elogios dos clientes, colaboradores e usuários.

Adicionalmente, o BANPARÁ disponibiliza as informações públicas da companhia, além das financeiras, econômicas e estatutárias por meio do seu site.

Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

Ao longo 2010 foram pagos R\$41.510 mil relativos a juros sobre capital próprio e dividendos sobre o resultado de 2009, e R\$12.677 mil de juros sobre capital próprio de 2010. Além disso, R\$17.824 mil de dividendos foram provisionados e deverão ser pagos em data a ser definida pela Assembleia Geral Ordinária.

Tecnologia da Informação

No decorrer do ano de 2010, a área de tecnologia da informação continuou o trabalho de modernização do parque e de mapeamento dos principais processos de área, focando na melhoria da qualidade dos sistemas desenvolvidos.

Seguindo a tendência de modernização dos canais eletrônicos foram desenvolvidos o novo Internet Banking Pessoa Jurídica, com transferências eletrônicas em um ambiente mais seguro, o Mobile Baking, permitindo acesso a transações bancárias pelo celular e o SMS BANPARÁ, que possibilita aos clientes receberem avisos, via mensagens SMS, direto nos celulares, quando das movimentações realizada em conta corrente.

No que tange á modernização do parque tecnológico, o Data Center principal foi atualizado com a aquisição de novos servidores *blade* e novos discos de armazenamento, expandido ainda mais a capacidade de processamento do Banco.

Segurança da Informação

No ano de 2010, o serviço de controle de *SPAM*, feito pelo *appliance IronPort*, instalado atualmente no parque do BANPARÁ, conseguiu detectar e bloquear como *SPAM* 4,18 milhões das 17,47 milhões de mensagens trafegadas no servidor de emails do BANPARÁ.

Gestão de Riscos

No BANPARÁ, a gestão de riscos procura alinhar suas atividades aos padrões recomendados pelo Novo Acordo de Capital – Basileia II e pela adoção das boas práticas de mercado com vistas a maximizar a rentabilidade dos investidores e garantir a melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital requerido. Desta forma, são processos contínuos o aprimoramento sistemático das políticas de gestão dos riscos, sistemas de controles internos e normas de segurança, todos integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição. O Banco realiza uma gestão baseada em riscos com base na avaliação prévia dos objetivos da empresa frente aos ambientes interno e externo, bem como eventuais probabilidades de ocorrências, que possam prejudicar o desempenho da instituição e o alcance de seus objetivos.

Por meio da ação definida no planejamento estratégico de implementar Sistema Integrado de Risco de Mercado, Liquidez e Crédito, sua Superintendência de Controles e Riscos deu andamento, no período, ao processo de implantação da estrutura de gerenciamento do risco de crédito conforme resolução CMN nº 3.721/2009.

O BANPARÁ está enquadrado à exigência mínima de capital estabelecida pela autoridade monetária, onde o Índice de Basileia, que mede a relação entre o capital da instituição e o volume de recursos emprestado, foi de 23,1% para dezembro de 2010, inferior 1,7% em relação ao mesmo período do ano anterior quando registrava 24,8%, porém ainda mantém elevada capacidade de alavancagem de suas operações e exposições aos riscos.

Controles Internos e Compliance

O sistema de controles internos contempla o monitoramento das atividades em todos os níveis do BANPARÁ como forma de garantir a conformidade.

Estrutura de Controles Internos – O BANPARÁ deu seguimento à aplicação da metodologia de Autoavaliação de Controles e Riscos em suas unidades, sendo avaliadas, neste semestre, 44 unidades, o que permitiu a identificação dos maiores riscos operacionais a que essas áreas estão expostas e a geração de 147 Planos de Ação para mitigá-los, os quais serão acompanhados até a sua finalização.

Foram igualmente concluídos os trabalhos de construção do modelo em sistema específico para apuração do capital regulamentar para cobertura das exposições relativas ao risco operacional pela Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (ASA 2), conforme Resolução - CMN nº 3.380, de 29 de junho de 2006.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) - O BANPARÁ vem adotando políticas e procedimentos internos de controle em conformidade com a legislação vigente, com o objetivo de manter a transparência, ética e legalidade de suas ações, bem como a proteção de sua imagem perante a sociedade em geral.

Gestão de Pessoas

O BANPARÁ investe constantemente em capacitação, para garantir o crescimento e aperfeiçoamento profissional, a excelência nos serviços prestados e acompanhamento das tendências do setor bancário.

Investimentos em capacitação profissional proporcionaram aos funcionários 2.508 vagas em cursos, treinamentos e workshops voltados para produtos e serviços bancários, tecnologia, segurança da informação e pessoas, além de palestras, oficinas, integração de equipes.

O Programa de Desenvolvimento Educacional do BANPARÁ – PDEB investiu R\$ 608 mil na qualificação de 176 empregados em graduação e pós-graduação, a Certificação Profissional pela ANBIMA – CPA10 e CPA 20, de 80% do seu público alvo.

Ao encerrar o ano, o Banco contava com 1.242 empregados, 98 estagiários e 27 menores aprendizes.

Investimento em Segurança Bancária

Dada a importância de manter a integridade física e psicológica das pessoas – empregados, terceirizados e público, o BANPARÁ investiu R\$ 8.685 mil em Segurança Bancária, primando pelo aumento do efetivo de vigilância armada, alarmes, fechaduras randômicas e Circuito Fechado de TV – CFTV. De outro lado, concluiu a instalação de biombos em suas unidades da capital, que visam proporcionar maior segurança aos seus clientes nas transações realizadas nos caixas.

Circular nº 3.068/01 – BACEN

O BANPARÁ declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 185.824 mil, representando 44,7% do total de títulos e valores mobiliários.

Auditoria Independente

Em cumprimento ao contido no art. 2º da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria BDO Auditores Independentes abrangem, exclusivamente, a Auditoria Externa.

Agradecimentos

Agradecemos ao Governo do Estado, por compartilhar dos nossos objetivos; aos empregados e colaboradores pelo profissionalismo e assimilação da cultura de desafios corporativos, a par da ética, bem assim aos clientes e acionistas, pelos quais nos empenhamos em manter um Banco sólido e rentável.

A Diretoria Colegiada

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de Reais)

| BALANÇO PATRIMONIAL | | |
|---|------------------|------------------|
| | 2010 | 2009 |
| ATIVO | | |
| Circulante | 1.363.002 | 1.228.190 |
| Disponibilidades | 79.028 | 55.662 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (nota 4) | 374.066 | 329.777 |
| Aplicações no Mercado Aberto | 300.006 | 259.994 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 74.060 | 69.783 |
| Títulos e Valores Mobiliários (nota 5) | 229.296 | 325.981 |
| Carteira Própria | 223.447 | 287.059 |
| Vinculados à Compromisso de Recompra | 4.051 | 37.693 |
| Vinculados à Prestação de garantias | 1.798 | 1.229 |
| Relações Interfinanceiras | 153.478 | 128.106 |
| Pagamentos e Recebimentos a Liquidar | 19 | 11 |
| Créditos Vinculados (nota 6): | | |
| Depósitos no Banco Central | 153.407 | 128.028 |
| SFH – Sistema Financeiro da Habitação | 10 | 37 |
| Correspondentes | 42 | 30 |
| Operações de Crédito (nota 7) | 468.372 | 357.155 |
| Operações de Crédito: | | |
| Setor Público | - | 574 |
| Setor Privado | 487.182 | 373.916 |
| (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) | (18.810) | (17.335) |
| Outros Créditos (nota 8) | 55.908 | 28.203 |
| Carteira de Câmbio | 158 | 165 |
| Rendas a Receber | 1.003 | 827 |
| Diversos | 55.586 | 28.495 |
| (Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) | (839) | (1.284) |
| Outros Valores e Bens | 2.854 | 3.306 |
| Outros Valores e Bens | 3.489 | 4.414 |
| (Provisões para Desvalorizações) | (1.553) | (1.949) |
| Despesas Antecipadas | 918 | 841 |
| Realizável a Longo Prazo | 616.071 | 505.182 |
| Títulos e Valores Mobiliários (nota 5) | 185.824 | 196.039 |
| Carteira Própria | 185.824 | 196.039 |
| Relações Interfinanceiras | 54.224 | 52.196 |
| Créditos Vinculados (nota 6): | | |
| SFH - Sistema Financeiro da Habitação | 54.224 | 52.196 |
| Operações de Crédito (nota 7) | 361.974 | 224.396 |
| Operações de Crédito: | | |
| Setor Privado | 376.511 | 235.297 |
| (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) | (14.537) | (10.901) |
| Outros Créditos (nota 8) | 14.049 | 32.551 |
| Diversos | 14.049 | 32.551 |
| Permanente | 40.402 | 40.092 |
| Investimento | 33 | 33 |
| Outros Investimentos | 171 | 171 |
| (Provisão para Perdas) | (138) | (138) |
| Imobilizado de Uso | 38.512 | 37.919 |
| Imóveis de Uso | 44.721 | 44.682 |
| Outras Imobilizações de Uso (nota 9) | 49.827 | 45.433 |
| (Depreciações Acumuladas) | (56.036) | (52.196) |
| Diferido | 63 | 172 |
| Gastos de Organização e expansão | 546 | 546 |
| (Amortização acumulada) | (483) | (374) |
| Intangível | 1.794 | 1.968 |
| Outros Intangíveis | 2.582 | 2.162 |
| (Amortização acumulada - Intangível) | (788) | (194) |
| Total do Ativo | 2.019.475 | 1.773.464 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

| | 2010 | 2009 |
|---|------------------|------------------|
| PASSIVO | | Reclassificado |
| Circulante | 1.711.659 | 1.530.714 |
| Depósitos (nota 10) | 1.614.431 | 1.377.667 |
| Depósitos à Vista | 709.684 | 570.659 |
| Depósitos de Poupança | 297.359 | 230.666 |
| Depósitos Interfinanceiros | 45.511 | 27.998 |
| Depósitos a Prazo | 561.877 | 548.344 |
| Captação no Mercado Aberto | 4.037 | 37.700 |
| Carteira Própria | 4.037 | 37.700 |
| Relações Interfinanceiras | 15 | 254 |
| Correspondentes | 15 | 254 |
| Relações Interdependências | 68 | 114 |
| Recursos em Trânsito de Terceiros | 68 | 114 |
| Outras Obrigações | 93.108 | 114.979 |
| Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados | 620 | 402 |
| Sociais e Estatutárias | 2.645 | 11.299 |
| Fiscais e Previdenciárias | 10.717 | 9.831 |
| Negociação e Intermediação de Valores | 9.546 | 7.302 |
| Diversas (nota 11) | 69.580 | 86.145 |
| Exigível a Longo Prazo | 43.675 | 31.470 |
| Depósitos (nota 10) | 21.094 | 31.470 |
| Depósitos à Prazo | 21.094 | 31.470 |
| Outras Obrigações | 22.581 | - |
| Diversas (nota 11) | 22.581 | - |
| Patrimônio Líquido (nota 12) | 264.141 | 211.280 |
| Capital Social | 105.895 | 105.895 |
| Reservas de Capital | - | 5.511 |
| Reserva de Lucro | 158.246 | 99.874 |
| Total do Passivo | 2.019.475 | 1.773.464 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

| | 2º Semestre 2010 | 2010 | 2009 |
|--|---------------------|------------------|------------------|
| Receita da Intermediação Financeira | 225.976 | 412.807 | 340.326 |
| Operações de Crédito (nota 7) | 185.366 | 338.486 | 256.892 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários | 37.571 | 68.366 | 77.758 |
| Resultado de Operações de Câmbio | - | - | 14 |
| Resultado das Aplicações Compulsórias | 3.039 | 5.955 | 5.662 |
| Despesas da Intermediação Financeira | (59.692) | (108.379) | (94.926) |
| Operações de Captação no Mercado (nota 10) | (50.357) | (89.687) | (84.218) |
| Resultado de Operações de Câmbio | (8) | (2) | - |
| Provisão para Operações de Crédito | (9.327) | (18.690) | (10.708) |
| Resultado Bruto da Intermediação Financeira | 166.284 | 304.428 | 245.400 |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais | (103.716) | (185.636) | (171.308) |
| Receitas de Prestação de Serviços | 3.444 | 6.422 | 6.050 |
| Rendas de Tarifas Bancárias | 13.055 | 25.038 | 19.345 |
| Despesas de Pessoal | (59.516) | (106.105) | (87.842) |
| Outras Despesas Administrativas | (50.451) | (92.190) | (85.161) |
| Despesas Tributárias | (10.068) | (18.704) | (14.869) |
| Outras Receitas Operacionais (nota 22) | 2.227 | 5.404 | 4.676 |
| Outras Despesas Operacionais (nota 22) | (2.407) | (5.501) | (13.507) |
| Resultado Operacional | 62.568 | 118.792 | 74.092 |
| Resultado não Operacional (nota 22) | (1.829) | (1.711) | 954 |
| Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações | 60.739 | 117.081 | 75.046 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 21) | (17.733) | (38.373) | (25.860) |
| Provisão para Imposto de Renda | (7.414) | (16.351) | (11.070) |
| Provisão para Contribuição Social | (4.587) | (10.048) | (6.885) |
| Ativo Fiscal Diferido | (5.732) | (11.974) | (7.905) |
| Participações no Lucro | (2.690) | (7.413) | (5.491) |
| Empregados – Lei 10.101, de 19.12.2000 | (2.643) | (7.296) | (5.371) |
| Administradores – Lei 6.404, de 15.12.1976 | (47) | (117) | (120) |
| Lucro Líquido | 40.316 | 71.295 | 43.695 |
| Juros sobre Capital Próprio | 12.677 | 12.677 | 5.476 |
| Lucro por ação | 4,23 | 7,49 | 4,59 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Capital Social | Reservas de Capital | Reservas de Lucros | Lucros Acumulados | Total |
|--------------------------------------|-----------------------|----------------------------|---------------------------|--------------------------|----------------|
| Saldo em 30 de junho de 2010 | 105.895 | - | 95.865 | 30.979 | 232.739 |
| Lucro Líquido do 2º Semestre 2010 | - | - | - | 40.316 | 40.316 |
| Destinações: | | | | | |
| Reserva Legal | - | - | 3.565 | (3.565) | - |
| Reserva Estatutária | - | - | 49.906 | (49.906) | - |
| Dividendos e Juros s/Capital Próprio | - | - | - | (17.824) | (17.824) |
| Recurso para Aumento de Capital | - | - | 8.910 | - | 8.910 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 105.895 | - | 158.246 | - | 264.141 |
| Mutações do 2º semestre | - | - | 62.381 | (30.979) | 31.402 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2008 | 105.895 | 16.484 | 56.446 | - | 178.825 |
| Reversão para reserva de lucro | - | (10.973) | 10.973 | - | - |
| Lucro Líquido do Exercício de 2009 | - | - | - | 43.695 | 43.695 |
| Destinações: | | | | | |
| Reserva Legal | - | - | 2.185 | (2.185) | - |
| Reserva Estatutária | - | - | 19.662 | (19.662) | - |
| Dividendos e Juros s/Capital Próprio | - | - | - | (21.848) | (21.848) |
| Recurso para Aumento de Capital | - | - | 10.608 | - | 10.608 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2009 | 105.895 | 5.511 | 99.874 | - | 211.280 |
| Mutações do Exercício | - | (10.973) | 43.428 | - | 32.455 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2009 | 105.895 | 5.511 | 99.874 | - | 211.280 |
| Reversão para reserva de lucro | - | (5.511) | 5.511 | - | - |
| Recurso para Aumento de Capital | - | - | 10.143 | - | 10.143 |
| Lucro Líquido do Exercício de 2010 | - | - | - | 71.295 | 71.295 |
| Destinações: | | | | | |
| Reserva Legal | - | - | 3.565 | (3.565) | - |
| Reserva Estatutária | - | - | 49.906 | (49.906) | - |
| Dividendos e Juros s/Capital Próprio | - | - | (19.663) | (17.824) | (37.487) |
| Recurso para Aumento de Capital | - | - | 8.910 | - | 8.910 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 105.895 | - | 158.246 | - | 264.141 |
| Mutações do Exercício | - | (5.511) | 58.372 | - | 52.861 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

| | 2º Semestre 2010 | 2010 | 2009 |
|--|---------------------|-----------------|-----------------|
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | | | |
| Lucro Líquido | 40.316 | 71.295 | 43.695 |
| Ajustado Por: | | | |
| Depreciação/Amortização | 1.074 | 4.543 | 6.303 |
| Provisão P/ Perdas de Investimento | | - | 7 |
| Lucro Líquido Ajustado | 41.390 | 75.838 | 50.005 |
| Variação de Ativos e Obrigações | | | |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | (962) | (44.288) | (32.082) |
| Títulos e Valores Mobiliários | (6.597) | 106.900 | (18.056) |
| Relações Interfinanceiras/Interdependências | (45.753) | (27.685) | (8.437) |
| Operações de Crédito | (61.275) | (248.794) | (162.815) |
| Outros Créditos | 8.640 | (9.203) | 4.326 |
| Outros Valores e Bens | (990) | (343) | (161) |
| Outras Obrigações | (2.337) | 709 | 11.216 |
| Depósitos | 89.701 | 226.388 | 164.715 |
| Obrigações por Operações Compromissadas | (563) | (33.663) | 27.698 |
| Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais | (20.136) | (29.979) | (13.596) |
| Atividades de Investimento | | | |
| Alienação de Bens Não de Uso Próprio | 552 | 794 | 165 |
| Alienação de Imobilizado de Uso | 3.545 | 3.545 | 550 |
| Aquisição de Bens Não de uso Próprio | - | - | (340) |
| Aquisição de Imobilizado de Uso | (2.223) | (8.008) | (13.095) |
| Aplicação no Intangível | (321) | (390) | (2.634) |
| Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento | 1.553 | (4.059) | (15.354) |
| Atividade de Financiamento | | | |
| JCP/Dividendos Pagos ou Provisionados | (8.914) | (18.434) | (11.240) |
| Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamentos | (8.914) | (18.434) | (11.240) |
| Disponibilidade Líquida de Caixa | 13.893 | 23.366 | 9.815 |
| Modificações em Disponibilidades Líquidas | | | |
| Início do Período | 65.134 | 55.662 | 45.847 |
| Fim do Período | 79.027 | 79.028 | 55.662 |
| Variação Líquida das Disponibilidades | 13.893 | 23.366 | 9.815 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

| | 2010 | 2009 |
|--|-----------------|-----------------|
| 1 - RECEITAS | 428.566 | 361.530 |
| Intermediação Financeira | 402.971 | 332.217 |
| Prestação de Serviços | 31.459 | 25.395 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão | (17.429) | (8.422) |
| Outras | 11.565 | 12.340 |
| 2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | (90.920) | (87.763) |
| Captação | (89.687) | (84.218) |
| Câmbio | (41) | (9) |
| Títulos e Valores Mobiliários | (1.192) | (3.536) |
| 3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | (86.549) | (88.402) |
| Materiais, Energia e Outros | (7.271) | (7.234) |
| Serviços de Terceiros | (75.709) | (70.257) |
| Perda/Recuperação de Valores Ativos | (3.568) | (10.911) |
| 4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3) | 251.098 | 185.365 |
| 5 - RETENÇÕES | (7.361) | (5.929) |
| Amortização | (704) | (303) |
| Depreciação | (6.657) | (5.626) |
| 6 - VALOR ADIC. LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE | 243.737 | 179.436 |
| 7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR | 243.737 | 179.436 |
| 8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 243.737 | 179.436 |
| 8.1 - Pessoal | 98.976 | 81.977 |
| Remuneração Direta | 64.626 | 52.657 |
| Benefícios | 29.913 | 25.650 |
| FGTS | 4.437 | 3.670 |
| 8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições | 71.618 | 52.099 |
| Federais | 69.762 | 50.537 |
| Estaduais | - | 13 |
| Municipais | 1.856 | 1.549 |
| 8.3 - Remuneração de Capitais de Terceiros | 1.848 | 1.665 |
| 8.4 - Remuneração de Capitais Próprios | 71.295 | 43.695 |
| Dividendos e Juros sobre Capital Próprio | 17.824 | 21.848 |
| Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício | 53.471 | 21.847 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2010 E 2009**
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ é uma sociedade anônima aberta de economia mista, tendo como acionista majoritário o Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo, com as carteiras: comercial, crédito imobiliário, de desenvolvimento e câmbio.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas demonstrações contábeis do Banco, conforme abaixo:

- CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29/05/2008, do CMN);
- CPC-03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29/08/2008, do CMN);
- CPC-05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução Nº 3.750, de 30/06/2009, do CMN);
- CPC-25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução Nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN); e
- CPC-33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM Nº 600, de 7/10/2009).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é composto por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo prazo de vencimento das operações, na data de aquisição, seja igual ou inferior a 90 dias.

3.3. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.4. Títulos e Valores Mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários estão registrados e classificados de acordo com as Circulares nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis em carteira em:

- a) **Títulos para negociação** – adquiridos com o propósito de serem ativados e freqüentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- b) **Títulos disponíveis para venda** – que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários; e

- c) **Títulos mantidos até o vencimento** – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. O registro dos “Títulos Mantidos até o Vencimento” em Circulante e Não Circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Bacen, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimentos.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os rendimentos dos títulos, calculados “pro rata die” com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, são apropriados ao resultado do período, independentemente da categoria em que são classificados.

3.5. Instrumentos Financeiros e Derivativos

Os instrumentos financeiros e derivativos são registrados, na data da aquisição, de acordo com a intenção da Administração, levando-se em conta a finalidade de projeção contra riscos (*hedge*) ou não, conforme Circular BCB nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002.

As operações com instrumentos financeiros efetuados em negociação associada à operação de captação de recursos, com o mesmo prazo de vencimento e com a mesma contraparte da operação associada, não são ajustadas a mercado, conforme Circular BCB nº 3.150, de 11 de setembro de 2002. A Instituição não operou com derivativos no exercício.

3.6. Relações Interfinanceiras

Os créditos junto ao FCVS, decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, são registrados pelo valor nominal atualizado pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa total ou parcial dos créditos por parte do FCVS. Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

3.7. Operações de Crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas com taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia em rendas a apropriar e as operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos, observado que, se vencidas há mais de 59 dias, as rendas somente são reconhecidas se efetivamente recebidas.

3.8. Outros Valores e Bens

Composto basicamente por Bens Não de Uso Próprio, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento. É mantida provisão para desvalorização de 50% do valor de registro. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. Segundo as normas bancárias brasileiras, devemos dispor desses ativos no prazo de um ano após o seu efetivo recebimento; e Despesas

Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

3.9. Ativo Permanente

Os Investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes.

No Imobilizado é registrado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

- Imóveis de uso – Edificações 4%
- Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação 20%
- Demais itens 10%

A Administração da Instituição entende ser essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

O Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de acordo com a Resolução nº 3.642, de 26 de novembro de 2008, do CMN.

O Diferido está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da referida Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

3.10. Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

3.11. Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep, Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

| Tributos | Alíquotas |
|---|------------------|
| Imposto de Renda | 15% |
| Adicional de Imposto de Renda | 10% |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido | 15% |
| PIS/Pasep | 0,65% |
| Cofins | 4% |
| ISS | até 5% |

3.12. Passivos circulante e não circulante:

Depósitos e captações no mercado aberto - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Demais passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias vencidas e proporcionais e os abonos e folgas estão integralmente provisionados por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

3.13. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento, de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na deliberação nº 594/09 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e Resolução CMN nº 3.823/09.

- Os ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Os passivos contingentes – decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

3.14. Reclassificações

Após a emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, publicadas em 05 de março de 2010, a Instituição, em processo de análise e conciliação do saldo contábil das contas: Depósitos à Prazo do grupo de contas de DEPÓSITOS, concluiu sobre a necessidade de efetuar a segregação do saldo dessa conta entre circulante e exigível a longo prazo.

Os efeitos desse ajuste nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, são como segue:

| | 31.12.09 | |
|-------------------------------|---------------------------|---------------|
| | Anteriormente apresentado | Reapresentado |
| BALANÇO PATRIMONIAL | | |
| Passivo Circulante | | |
| DEPÓSITOS | | |
| Depósitos à Prazo | 579.814 | 548.344 |
| Exigível à Longo Prazo | | |
| DEPÓSITOS | | |
| Depósitos à Prazo | - | 31.470 |

3.15. Uso de Estimativas

A preparação das demonstrações contábeis inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, outras provisões, cálculo de provisões técnicas de plano de assistência médica e planos de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez tem a seguinte composição:

| Títulos | 31.12.10 | 31.12.09 |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| Posição Bancada: | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 300.006 | 154.999 |
| Letras do Tesouro Nacional | - | 69.997 |
| Nota do Tesouro Nacional | - | 34.998 |
| Depósitos Interfinanceiros | | |
| Não Ligadas | 74.060 | 69.783 |
| Total | 374.066 | 329.777 |

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação por tipo de papel:

| Títulos | 31.12.10 | 31.12.09 |
|--|----------------|----------------|
| Livres | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 223.447 | 287.059 |
| CVS | 185.824 | 196.039 |
| Vinculados a Operações Compromissadas | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 4.051 | 37.693 |
| Vinculados à Prestação de Garantia | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 1.798 | 1.229 |
| Total | 415.120 | 522.020 |

b) Classificação por categoria e vencimento:

| Tipo | 31.12.10 | | | 31.12.09 | | |
|--|----------------|------------------|-------------------------|----------------|------------------|---------------------|
| | Valor de Custo | Valor de Mercado | Faixa de Vencimento | Valor de Custo | Valor de Mercado | Faixa de Vencimento |
| Títulos para Negociação | | | | | | |
| LFT | 229.389 | 229.296 | 15.06.2011 à 07.09.2015 | 325.966 | 325.981 | 17.03.2010 |
| Títulos Mantidos até Vencimento | | | | | | |
| CVS | 185.824 | 185.824 | 01.01.2027 | 196.039 | 196.039 | 01.01.2027 |
| Total | 415.213 | 415.120 | | 522.005 | 522.020 | |

CVS são títulos recebidos do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS. O FCVS, criado por intermédio da Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação – BNH, tem como função garantir, perante os bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação (utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos) e os reajustes salariais.

6. CRÉDITOS VINCULADOS

Composição:

| Itens | 31.12.10 | 31.12.09 |
|--|----------------|----------------|
| Bacen - Recursos Recebidos do Crédito Rural | 4.818 | 3.877 |
| Reservas Compulsórias em Espécie – BACEN | 89.183 | 77.428 |
| Recolhimentos s/ Depósitos de Poupança – BACEN | 56.795 | 44.447 |
| SFH – Créditos junto ao FCVS | 54.234 | 52.183 |
| Outros | 2.611 | 2.326 |
| Total | 207.641 | 180.261 |

Os depósitos no Bacen são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista.

Os créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, já homologados pela Caixa Econômica Federal e em processo de emissão dos títulos CVS (Nota 5) pela STN. Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR).

Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela Caixa Econômica Federal.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS

7.1 Composição da Carteira com Característica de Concessão de Crédito:

a) Por tipo de Operação

| | 31.12.10 | 31.12.09 |
|--|----------------|----------------|
| Operações de Crédito | 863.692 | 609.786 |
| Adiantamentos a Depositantes | 310 | 111 |
| Empréstimos | 851.744 | 595.758 |
| Financiamentos Rurais e Agroindustriais | 8.244 | 9.237 |
| Financiamentos Imobiliários | 3.394 | 4.106 |
| Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento | - | 574 |
| Outros Créditos | - | 242 |

Devedores por Compras de Valores e Bens

Total - 863.692 242 610.028

b) Por Faixas de Vencimento e Nível de Risco:

| | AA | A | B | C | D | E | F | G | H | 31.12.10 | 31.12.09 |
|--------------------------------------|------------|----------------|--------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------|----------------|----------------|
| Parcelas Vincendas (A Vencer) | - | 755.307 | 5.137 | 21.515 | 53.235 | 1.687 | 1.210 | 1.704 | 15.478 | 855.273 | 603.343 |
| Até 30 dias | - | 52.070 | 371 | 1.261 | 3.461 | 351 | 77 | 97 | 496 | 58.184 | 43.737 |
| 31 a 60 dias | - | 52.027 | 413 | 1.263 | 3.163 | 125 | 68 | 103 | 476 | 57.638 | 45.497 |
| 61 a 90 dias | - | 46.410 | 315 | 1.100 | 2.955 | 99 | 61 | 80 | 393 | 51.413 | 39.353 |
| 91 a 180 dias | - | 96.937 | 682 | 2.441 | 6.058 | 215 | 137 | 199 | 881 | 107.550 | 84.509 |
| 181 a 360 dias | - | 178.651 | 1.034 | 4.554 | 10.929 | 288 | 188 | 315 | 3.533 | 199.492 | 151.050 |
| Acima de 360 dias | - | 326.323 | 2.242 | 10.692 | 26.311 | 513 | 638 | 859 | 8.932 | 376.510 | 235.297 |
| Parcelas Vencidas até 14 dias | - | 2.889 | 80 | 204 | 358 | 96 | 41 | 51 | 766 | 4.485 | 3.900 |
| Parcelas Vencidas | - | 1 | 276 | 323 | 991 | 1.189 | 381 | 491 | 4.767 | 8.419 | 6.685 |
| 15 a 30 dias | - | 1 | 275 | 112 | 65 | 290 | 28 | 51 | 156 | 978 | 1.060 |
| 31 a 60 dias | - | - | 1 | 211 | 488 | 378 | 74 | 82 | 429 | 1.663 | 894 |
| 61 a 90 dias | - | - | - | - | 433 | 148 | 85 | 78 | 476 | 1.220 | 793 |
| 91 a 180 dias | - | - | - | - | 5 | 372 | 194 | 280 | 1.566 | 2.417 | 1.807 |
| 181 a 360 dias | - | - | - | - | - | 1 | - | - | 2.110 | 2.111 | 2.095 |
| Acima de 360 dias | - | - | - | - | - | - | - | - | 30 | 30 | 36 |
| Total em 12.2010 | - | 755.308 | 5.413 | 21.838 | 54.226 | 2.876 | 1.591 | 2.195 | 20.245 | 863.692 | |
| Total em 12.2009 | 574 | 554.006 | 6.026 | 7.288 | 15.796 | 1.257 | 1.761 | 2.431 | 20.889 | | 610.028 |

c) Por Setores de Atividade

| Itens | 31.12.10 | % | 31.12.09 | % |
|----------------------|----------------|------------|----------------|-------------|
| Setor Público | - | - | 574 | 0,09 |
| Infraestrutural | - | - | 574 | 0,09 |
| Setor Privado | | | | |
| Pessoas Físicas | 829.562 | 96,05 | 595.475 | 97,62 |
| Pessoas Jurídicas | 22.493 | 2,60 | 636 | 0,10 |
| Rural | 8.243 | 0,95 | 9.237 | 1,52 |
| Habitação | 3.394 | 0,39 | 4.106 | 0,67 |
| Total | 863.692 | 100 | 610.028 | 100 |

7.2 Provisões para Perdas em Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e, com base nessa classificação, constituiu-se provisão para créditos em liquidação a taxas que variam entre 0,5% e 100% em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

| Itens | 31.12.10 | 31.12.09 |
|--|-----------------|-----------------|
| Saldo no início do exercício | (28.236) | (25.555) |
| Provisões Constituídas | (31.281) | (30.218) |
| Reversões de Provisões | 5.139 | 10.379 |
| Valores Baixados ou Compensados c/ Créditos | 21.031 | 17.158 |
| Provisão para Perdas nas Operações de Crédito | (33.347) | (28.236) |
| Provisão para Outros Créditos | (839) | (1.284) |
| Saldo no final do exercício | (34.186) | (29.520) |

O montante dos créditos recuperados, no exercício de 2010, que haviam sido anteriormente baixados contra provisão, foi de R\$ 4.870 mil (R\$ 6.234 no exercício anterior).

7.3 Rendas de Operações de Crédito

| | 31.12.10 | 31.12.09 |
|----------------------------|----------|----------|
| Adiantamento a depositante | 211 | 234 |
| Empréstimo | 331.578 | 245.227 |

| | | |
|--|----------------|----------------|
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo | 4.870 | 6.234 |
| Financiamentos e empreendimentos imobiliários | 1.201 | 4.780 |
| Financiamentos rurais | 611 | 359 |
| Financiamentos Infraestruturais | 15 | 57 |
| Total | 338.486 | 256.891 |

8. OUTROS CRÉDITOS SEM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

| | 31.12.10 | 31.12.09 |
|---|---------------|----------------|
| Carteira de Câmbio | 158 | 165 |
| Rendas a Receber | 1.003 | 827 |
| Dividendos e Bonificações | 21 | 6 |
| Serviços Prestados a receber | 882 | 730 |
| Outras Rendas A Receber | 100 | 91 |
| Diversos | 69.635 | 61.046 |
| Adiantamento e Antecipações salariais | 1.321 | 1.083 |
| Adiantamento para Pagamento | 4.021 | 2.568 |
| Crédito tributário - IR/CSLL | 22.772 | 34.746 |
| Devedores p/ Compra de Valores | - | 242 |
| Devedores por Depósitos em Garantia | 24.980 | 19.145 |
| Imposto e Contribuições a Compensar | 1.284 | 55 |
| Pagamentos a Ressarcir | 571 | 704 |
| Devedores Diversos - País | 14.686 | 2.503 |
| Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa | (839) | (1.284) |
| Sem Características de Concessão de Créditos | (839) | (1.284) |
| Total | 69.957 | 60.754 |

9. OUTRAS IMOBILIZAÇÕES

| Itens | 31.12.10 | 31.12.09 |
|---|---------------|---------------|
| Sistema de Processamento de Dados | 35.319 | 30.031 |
| Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso | 6.377 | 6.455 |
| Sistema de Comunicação | 484 | 799 |
| Sistema de Segurança e Transportes | 2.283 | 1.875 |
| Móveis e Equipamentos em Estoque | 637 | 3.333 |
| Imobilizações em Curso | 4.727 | 2.941 |
| Total | 49.827 | 45.434 |

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

10. CAPTAÇÕES

a) Depósitos:

| | 31.12.10 | 31.12.09 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Depósitos à Vista | 709.684 | 570.659 |
| Depósitos do Público | 426.942 | 362.162 |
| Depósitos de Instituições Financeiras | 300 | 224 |
| Depósitos Vinculados | 2.942 | 3.209 |
| Depósitos de Governo | 279.500 | 205.064 |
| Depósitos a Prazo | 582.971 | 579.814 |
| Depósitos de Poupança | 297.359 | 230.666 |
| Depósitos Interfinanceiros | 45.511 | 27.998 |
| Total | 1.635.525 | 1.409.137 |

Os Depósitos de Poupança são atualizados pela variação da Taxa Referencial e acrescidos de juros de 6% ao ano; os Depósitos a Prazo são remunerados à taxa (em função do CDI) com vencimentos, entre 30 e 180 dias.

b) Composição dos depósitos por vencimentos:

| Vencimento | À vista | À prazo | Interfinanceiros | Poupança | 31.12.10 | 31.12.09 |
|-------------------|---------|---------|------------------|----------|-----------|----------|
| Sem vencimento | 709.684 | - | - | 297.359 | 1.007.043 | 801.325 |
| até 30 dias | | 124.232 | - | | 124.232 | 153.363 |
| de 31 a 60 dias | | 39.412 | 39.895 | | 79.307 | 32.657 |
| de 61 a 90 dias | | 35.502 | - | | 33.502 | 23.340 |
| de 91 a 180 dias | | 120.947 | 556 | - | 121.503 | 57.154 |
| de 181 a 360 dias | | 243.784 | 5.060 | - | 248.844 | 309.828 |

| | | | | | | |
|-------------------|---------|----------------|---------------|----------------|------------------|------------------|
| acima de 360 dias | | 21.094 | - | - | 21.094 | 31.470 |
| Total | 709.684 | 582.971 | 45.511 | 297.359 | 1.635.525 | 1.409.137 |

c) Composição por segmento de mercado:

| Composição | À vista | À prazo | Interfinanceiros | Poupança | 31.12.10 | 31.12.09 |
|--------------------------|----------------|----------------|-------------------------|-----------------|------------------|------------------|
| Sociedades ligadas | 247.095 | 448.919 | - | - | 696.014 | 680.789 |
| Pessoas físicas | 249.522 | 40.069 | - | 285.773 | 575.364 | 458.240 |
| Instituições financeiras | 300 | - | 45.511 | - | 45.811 | 28.222 |
| Pessoas jurídicas | 177.307 | 46.332 | - | 11.586 | 235.225 | 224.669 |
| Governo Municipal | 34.029 | 45.928 | - | - | 79.957 | 16.183 |
| Outros | 1.431 | 1.723 | - | - | 3.154 | 1.034 |
| Total | 709.684 | 582.971 | 45.511 | 297.359 | 1.635.525 | 1.409.137 |

d) Despesas de Captação:

| | 31.12.10 | 31.12.09 |
|--|-----------------|-----------------|
| Depósitos de Poupança | 15.920 | 12.921 |
| Depósitos Interfinanceiros | 2.210 | 3.159 |
| Depósitos a Prazo | 67.885 | 64.695 |
| Depósitos Judiciais | 132 | 7 |
| Operações Compromissadas - Carteira Própria e de Terceiros | 1.244 | 1.261 |
| Fundo Garantidor de Créditos - FGC | 2.296 | 2.175 |
| Total | 89.687 | 84.218 |

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

| Itens | 31.12.10 | 31.12.09 |
|--|-----------------|-----------------|
| Cheque Administrativo | 1.346 | 1.101 |
| Contrato de Assunção de Obrigações | 6.673 | 5.336 |
| Obrigações p/ Contribuições ao SFH | 8 | 10 |
| Obrigações por Convênios | 9.236 | 11.878 |
| Obrigações por Prestação de Serviços | 9.106 | 7.121 |
| Provisão para Pagamentos a Efetuar ^(a) | 50.587 | 43.310 |
| Credores Diversos - País | 1.460 | 1.446 |
| Passivo Contingente – Trabalhista ^(b) | 3.478 | 6.433 |
| Passivo Contingente – Cíveis ^(b) | 9.120 | 8.208 |
| Passivo Contingente – Cessão de Crédito Rural com Coobrigação ^(b) | 1.147 | 1.302 |
| Total | 92.161 | 86.145 |

a) As principais provisões constituídas no exercício que compõem o saldo da rubrica Provisões para Pagamentos a Efetuar, são:

| Itens | 31.12.10 | 31.12.09 |
|---|-----------------|-----------------|
| Provisão com Pessoal | 8.991 | 6.869 |
| Suplementação e contribuição PAVI/PROIAP/PDVI | 9 | 35 |
| Provisão com Participação nos Lucros e Resultados – PLR | 3.372 | 2.566 |
| Obrigações Atuarial (Nota 15) | 30.394 | 28.678 |
| Provisão p/ Outras Despesas Administrativas | 7.419 | 4.775 |
| Outros | 402 | 387 |
| Total | 50.587 | 43.310 |

b) Passivos contingentes:

O Banco é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para passivos contingentes envolve ações trabalhistas e cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, adotando-se 3 critérios: Critério 1 Chance considerada como remota de perda, onde não são provisionados valores relacionados à ação; Critério 2 Chance possível de perda, onde são provisionados 50% dos valores relacionados; Critério 3 Chance provável de perda, no que se provisiona 100% dos valores relacionados.

A administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição. Abaixo o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

| Probabilidade de Perda | Trabalhista (b.1) | Cível (b.2) | Fiscais e previdenciários (b.3) | 31.12.10 | 31.12.09 |
|------------------------|----------------------|----------------|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Provável | 3.166 | 3.509 | 1.904 | 8.579 | 10.633 |
| Possível | 312 | 5.611 | 804 | 6.727 | 6.970 |
| Total | 3.478 | 9.120 | 2.708 | 15.306 | 17.603 |

b.1) Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”. Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

b.2) Processos Cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

b.3) Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O BANPARÁ vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazo, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 31 de dezembro de 2010, são:

- **CPMF - R\$1.864 mil** - Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de Declarações relacionadas à CPMF. No mérito é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **INSS - R\$376 mil** - Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar visando afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre o Abono Único concedido pela Convenção Coletiva de Trabalho 2003/2004. A tese do banco tem como fundamento a natureza não salarial do abono concedido, o que afasta a incidência de contribuição previdenciária. A tese tem amparo na pacífica posição jurisprudencial sobre o assunto.

- **ITR - R\$41 mil** - Trata-se de Execução Fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo banco em dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de Execução Fiscal já em curso. Os accertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do accertamento definitivo da CDA (Certidão de Dívida Ativa). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

- **IPTU - R\$427 mil** - Trata-se de um procedimento administrativo junto à Secretaria de Finanças de Belém - PA visando regularizar, de forma definitiva, os supostos débitos de IPTU relativos a imóveis do patrimônio do banco. A apuração encontra-se em análise pelo órgão fazendário tendo em conta que o banco já apurou o débito total cujo valor encontra-se devidamente resguardado pelo depósito administrativo efetivado para garantir a quitação dos débitos fiscais efetivamente devidos pelo banco.

b.4) Cessão de Crédito Rural com Coobrigação:

Trata-se de provisão constituída para fazer face a possíveis perdas nas operações de Crédito Rural Securitizados (cedidas) pelo Banco à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, objeto do contrato de equalização de encargos financeiros e de Alongamento de dívidas originárias do Crédito Rural.

c) Movimentação das provisões:

| | Trabalhista | Cível | Fiscais e Previdenciárias |
|-------------------------------|--------------|--------------|---------------------------|
| No início do exercício | 6.432 | 8.208 | 3.390 |
| Atualização monetária | 610 | 2.287 | 444 |
| Constituições/(reversões) | 404 | (87) | (433) |
| Pagamentos | (3.968) | (1.288) | (693) |
| No final do exercício | 3.478 | 9.120 | 2.708 |

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do BANPARÁ.

| Acionista | Total | % Total |
|--|------------------|------------|
| · Estado do Pará | 9.519.433 | 99,9767 |
| · Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do BANPARÁ | 768 | 0,0081 |
| · Administradores | 38 | 0,0004 |
| · Outros | 1.410 | 0,0148 |
| Total | 9.521.649 | 100 |

Ações em Circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANPARÁ, em circulação.

| Espécie e Classe de Ação | Ações Não em Circulação ¹ | Ações em Circulação ² | Total de Ações | % Ações em Circulação |
|--------------------------|--------------------------------------|----------------------------------|----------------|-----------------------|
| ON | 9.519.471 | 2.178 | 9.521.649 | 0,0229 |

¹ Compreendem ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

² Total de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

12.2 Exigibilidades de Capital e Limites de Imobilização

Apresentamos abaixo os principais indicadores em 31 de dezembro de 2010, conforme regulamentação em vigor:

| Indicadores | 31.12.10 | 31.12.09 |
|--|----------------|----------------|
| Patrimônio de Referência – PR | 263.911 | 208.096 |
| Patrimônio de Referência Exigido – PRE | 125.652 | 92.921 |
| Índice de Basileia | 23,1% | 24,8% |
| Índice de Imobilização | 15,2% | 18,2% |
| Margem de Imobilização | 91.779 | 64.181 |

Em dezembro de 2010, o Índice de Basileia foi de 23,1%. A redução apresentada, em comparação ao índice de dezembro de 2009, foi impulsionada basicamente pelo crescimento da carteira de crédito do Banco.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os honorários dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do BANPARÁ totalizaram R\$841 mil no exercício de 2010 (R\$ 948 mil no exercício 2009).

14. GESTÃO DE RISCO

A Gestão dos riscos corporativos do BANPARÁ se dá por meio de um processo conduzido por pessoas com foco na fixação de objetivos e aplicado a toda organização. O Banco desenvolve uma gestão estratégica de risco em conformidade aos padrões definidos pelo Novo Acordo de Capital – Basileia II, através de

estratégias sólidas, bem definidas em suas políticas e regulamentos que possibilita administrar seus riscos compatibilizando com o apetite a risco da Instituição.

Risco de Mercado - O gerenciamento de risco de mercado monitora os riscos de todas as operações do Banco de modo a garantir a sua adequação em níveis consistentes com o padrão de risco desejável a ser assumido. O efetivo controle gerencial do risco de mercado está em sintonia com as melhores práticas de gestão e segue às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, comuns ao Sistema Financeiro Nacional. O BANPARÁ por meio da utilização de metodologias estatísticas como VaR e Testes de Sensibilidade, revisados e adequados periodicamente, manteve o controle de suas exposições ao risco de mercado, não registrando eventos de extrapolação ao limite pré-estabelecido na Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Mercado. Com vistas ao aperfeiçoamento das práticas para o gerenciamento do risco de mercado implementou novas ferramentas para: análise comparativa do risco das carteiras medido através do VaR, constituindo-se em ferramenta rápida de decisão e gerenciamento de riscos, e detalhamento dos componentes da Carteira Global do Banco identificando: alavancagens, GAP's, duration e demais riscos das posições.

Risco de Liquidez - Risco de liquidez é a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para o efetivo controle e gerenciamento do Risco de Liquidez o BANPARÁ monitora diariamente a margem de liquidez observando as projeções do seu fluxo de caixa, no curto, médio e longo prazo, bem como possíveis alterações na estrutura de suas operações, em cenários normais e de stress, alinhado à Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez e à legislação em vigor.

Risco de Crédito - O BANPARÁ, no decorrer do período, buscou um efetivo acompanhamento do comportamento/evolução de sua Carteira Global e o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito. Para tal, utilizou ferramentas baseadas em modelos estatísticos que permitiram conhecer o Valor em Risco das operações de crédito (C-VaR), o Retorno Ajustado ao Risco de Crédito, Precificação da Carteira, bem como os efeitos gerados nas exposições em risco de crédito a partir do cálculo de Stress Test, mantendo atualizados os instrumentos que proporcionam efetiva mensuração do risco de crédito de suas operações. Além disso, vem realizando constantemente ações de aprimoramento dos processos e ferramentas utilizadas de forma a propiciar informações cada vez mais qualificadas para a análise do risco de crédito, visando uma gestão eficiente e eficaz na mitigação dessa categoria de risco.

Risco Operacional - O BANPARÁ finalizou os estudos relativos à mudança de metodologia de cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido – PRE referente ao Risco Operacional (POPR), visando evoluir da Abordagem do Indicador Básico – BIA para Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – APAS, a partir do 1º semestre de 2011. A proposta de alteração da metodologia foi apreciada e aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração do Banco. Referida mudança resultará na redução do valor de alocação de capital para o risco operacional.

Mais detalhes sobre o processo de controle de risco podem ser consultados no site www.banparanet.com.br na rota: O BANPARÁ/Relação com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos.

15. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PLANO DE SAÚDE

15.1 Plano de Suplementação de Aposentadoria

O BANPARÁ patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada pela CAFBEP - Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do BANPARÁ, entidade fechada de previdência privada.

Em julho de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou o novo regulamento do plano de benefícios denominado Prev-Renda, estruturado na modalidade de contribuição definida, contemplando os seguintes benefícios: (a) renda temporária – considerada como benefício programado, enquadrada na modalidade de contribuição definida; e (b) benefícios por morte e por invalidez do participante - considerados benefícios de risco, enquadrados na modalidade de benefício definido, percebidos de forma temporária.

Em dezembro de 2002, iniciou-se o processo de migração do plano com as características de benefício definido para o de contribuição definida, resultando que 96% do total dos participantes concordaram em aderir à migração para o novo plano de benefícios denominado Prev-Renda.

São os seguintes os benefícios de complementação de aposentadoria:

a) Plano Básico de Benefício Definido - BD

Plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Tem em vista assegurar aos seus participantes a suplementação de aposentadoria e pensão, pecúlio por morte e auxílio reclusão. Trata-se de plano com 19 participantes assistidos e 2 pensionistas. A partir da implantação do plano de benefícios denominado PREV-RENDA, em 20 de dezembro de 2002, este Plano Básico de Benefícios passou a ser considerado Plano em extinção, não recebendo novas inscrições.

O plano de benefício definido é regido pelo Regulamento do Plano Básico, onde estão todas as normas internas para o cálculo, concessão e manutenção dos benefícios, composto pelos seguintes benefícios:

- 1) Suplementação de aposentadoria por invalidez
- 2) Suplementação de aposentadoria por idade;
- 3) Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição
- 4) Suplementação da pensão por morte
- 5) Suplementação do auxílio-reclusão
- 6) Suplementação do abono anual

O plano de benefícios conta apenas com assistidos, uma vez que todos os participantes ativos migraram para o plano de contribuição definida. As estatísticas do grupo de assistidos estão demonstradas nos quadros abaixo.

| Participantes assistidos | 2010 |
|---------------------------------|-------------|
| Quantidade | 19 |
| Idade média (anos) | 65,24 |
| Benefício médio (R\$) | 3.119,83 |
| Pensionistas | |
| Quantidade | 2 |
| Idade média (anos) | 66,09 |
| Benefício médio (R\$) | 1.434,58 |

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas Biométricas:

- § Tábua de mortalidade geral: AT-83 male
- § Tábua de entrada em invalidez: não usada, por inexistirem ativos
- § Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB-57
- § Tábua de serviço - não empregada por inexistirem ativos

ii) Premissas Econômicas:

- § Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,00% ao ano;
- § Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 12,44% no ano, composta pelo INPC de dezembro/2009 a novembro/2010 (6,08%) + 6,00% ao ano;
- § Taxa nominal do custo dos juros: 12,44% no ano, composta pelo INPC de dezembro/2009 a novembro/2010 (6,08%) + 6,00% ao ano;
- § Taxa de Rotatividade: não aplicável;
- § Taxa real de progressão salarial: não aplicável
- § Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%
- § Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%
- § Fator de Capacidade para salários: 100,00%
- § Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%
- § Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5,00%

b) Plano PREVRENDA de Contribuição Definida - CD

Plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. Compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do BANPARÁ e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

O plano de contribuição definido é regido pelo Regulamento do Plano PREV-RENDA, onde estão todas as normas internas para o cálculo, concessão e manutenção dos benefícios, composto pelos seguintes benefícios:

Os benefícios que integram o PREV-RENDA são os seguintes:

- 1) Renda Temporária
- 2) Benefícios por Morte e por Invalidez do Participante Ativo ou Autopatrocinado
- 3) Benefícios por Morte do Participante em gozo de benefício
- 4) Pecúlio por morte ou por Invalidez

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas Biométricas:

- § Tábua de mortalidade geral: AT-83 male
- § Tábua de entrada em invalidez: TASA-1927
- § Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB 57
- § Tábua de serviço – gerada pela combinação das probabilidades das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

ii) Premissas Econômicas:

- § Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,00%;
- § Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 12,44%, composta pelo INPC de dezembro/2009 a novembro/2010 (6,08%) + 6,00% ao ano;
- § Taxa nominal do custo dos juros: 12,44%, composta pelo INPC de dezembro/2009 a novembro/ 2010 (6,08%) + 6,00% ao ano;
- § Taxa de Rotatividade: não aplicável;
- § Taxa real de progressão salarial: 2% a.a.
- § Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%
- § Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%
- § Fator de Capacidade para salários: 100,00%
- § Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%
- § Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5,00%

Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o contido na Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009.

(a) Plano de Benefício Definido – BD

As obrigações atuariais em relação a este plano de Benefício Definido encontram-se parcialmente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 7.101 mil e ativo líquido de R\$ 5.371 mil, tendo como resultado déficit atuarial de R\$ 1.730 mil, o qual foi reconhecido integralmente como provisão de benefícios pós-emprego pelo BANPARÁ em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09.

Os valores devidos pelo Banco, por conta desse passivo, vêm sendo pagos por meio de contribuições mensais correspondentes a R\$101 mil (cota patronal). No exercício de 2010, o BANPARÁ efetuou contribuições a favor da CAFBEP no montante de R\$1.212 mil.

(b) Plano de Contribuição Definida - CD

Os benefícios são estruturados em quotas, sendo reajustados pela variação da quota patrimonial, o que impede a ocorrência de insuficiências financeiras, além de serem concedidos como rendas temporárias, eliminando o risco de sobrevivência. Desta maneira, o risco atuarial inerente ao plano PREVRENDA está concentrado apenas no benefício a conceder, para o qual está previsto, nos casos de invalidez e morte, aporte de contribuições que complementarão o saldo da conta do participante objetivando a concessão desses dois benefícios de risco.

O valor calculado conforme a norma descrita no parágrafo precedente foi avaliado em R\$ 411 mil, estando coberto integralmente pelo fundo de risco destinado à cobertura dos benefícios de risco (invalidez e morte),

dado que o saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 717 mil, não havendo, por conseguinte, necessidade de provisionamento de passivo desta natureza pelo BANPARÁ na data da avaliação.

As provisões matemáticas dos benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida — cujos valores correspondem a R\$ 18.588 mil, para Benefícios Concedidos, e a R\$ 30.943 mil, para Benefícios a Conceder — somam R\$49.531 mil, estando integralmente lastreadas pelo patrimônio do plano, de R\$ 49.808 mil, em 31 de dezembro de 2010.

Estímulo à migração

O Banco obrigou-se a conceder, a título de estímulo à migração de participantes do plano BD para o plano CD, o percentual de 16,537901 % sobre a folha de salários dos Participantes Ativos, em 180 meses, tendo pago até 31 de dezembro de 2010, 97 parcelas restando, ainda, 83 parcelas de R\$ 507 mil, a liquidar. Esses valores foram reconhecidos de forma diferida, à taxa de 12,47% a.a. (6% + INPC acumulado no ano de 2010), estando totalmente provisionado, cujo Passivo reconhecido em 31 de dezembro de 2010 é de R\$28.664 mil (R\$27.002 mil, em 31 de dezembro de 2009). No exercício de 2010, o BANPARÁ efetuou contribuições a favor da CAFBEP no montante de R\$5.291 mil.

15.2 Plano de Assistência à Saúde - PAS

O BANPARÁ patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, Plano de Assistência à Saúde - PAS para os empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios oferecidos pelo sistema oficial de saúde, cuja administração é efetuada pela CAFBEP - Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco do Estado do Pará S.A., entidade fechada de previdência privada. No exercício de 2010, o BANPARÁ efetuou contribuições a favor da CAFBEP no montante de R\$1.564 mil.

Não há provisão constituída para este plano por não haver déficit bem como pagamento de benefício pós emprego.

16. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS E PROGRAMAS

O BANPARÁ, como agente financeiro do Estado do Pará, opera e administra os Fundos e Programas de Desenvolvimento abaixo descritos, cujo montante aplicado até 31 de dezembro de 2010 é R\$ 161.201 mil (R\$ 129.450 mil em 31 de dezembro de 2009), a saber:

Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE – Tem por objetivo financiar programas e projetos considerados relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Pará, de forma a reduzir desigualdades regionais e sociais bem como garantir a competitividade dos empreendimentos econômicos instalados no Estado.

I – Financiamento ao setor público para execução de projetos de infra-estrutura econômica e social;

II - Financiamento ao setor privado de natureza reversível, destinado a estimular o associativismo, especialmente o cooperativismo integrado por pequenos agentes econômicos, bem como as microempresas, as empresas de pequeno porte, mini e pequenos produtores rurais;

III – Financiamento à empreendimentos de micro e pequeno porte de pessoas físicas e jurídicas.

O fundo é constituído com recursos do Governo do Estado do Pará, cujo saldo aplicado até 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 135.097 mil (R\$ 113.446 mil em 31 de dezembro de 2009).

Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará - BANCO DO PRODUTOR – Tem por objetivo principal, financiar empreendimentos econômicos de interesse estratégico para o desenvolvimento, diversificação e transformação da base produtiva do Estado do Pará, promovendo geração de emprego e renda, exclusivamente, em projetos localizados no Estado do Pará.

Esse fundo é formado por recursos do Governo do Estado do Pará e da Companhia Vale do Rio Doce, cujo saldo aplicado com base em 31 de dezembro de 2010 é R\$ 13.910 mil (R\$ 13.133 mil 31 de dezembro de 2009).

Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Pará – PARÁ RURAL – criado pela Lei nº 6.797, de 16 de novembro de 2005, co-financiada pelo Governo do Estado do Pará (GEP) e Banco Mundial (BIRD), iniciou em abril de 2010, tendo como área de abrangência geográfica o ambiente rural do Estado e cujo saldo aplicado em 31 de dezembro de 2010 é R\$ 10.422 mil.

Esse programa atuará em duas frentes convergentes de ação: a primeira relacionada ao aumento da renda e melhoria das condições de vida de comunidades rurais pobres, mediante o financiamento de processos locais de desenvolvimento, implementação de projetos produtivos e provisão de infra-estrutura complementar à produção. A segunda direcionada ao fortalecimento e aprimoramento do processo de gestão fundiária e ambiental do Estado, mediante investimentos na melhoria da estrutura institucional responsável pelo ordenamento territorial.

Fundo Municipais de Desenvolvimento – FMD – formado com recursos dos Governos Municipais conveniados com o BANPARÁ que oferece infra-estrutura operacional para o programa, cujo objetivo é potencializar e incentivar a geração de postos de trabalho e de renda para as pessoas físicas e jurídicas do próprio município, com saldo aplicado em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 1.772 mil (R\$ 1.392 mil em 31 de dezembro de 2009).

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As captações no mercado aberto, depósitos a prazo, e demais transações entre partes relacionadas, são efetuadas em condições e taxas normais de mercado, tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros. Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

| Transação: | 31.12.10 | 31.12.09 |
|--|---------------|---------------|
| Depósitos | | |
| Estado do Pará | 696.014 | 667.935 |
| Caixa de Previdência e Assistência dos Funcionários do BANPARÁ | 158 | 25 |
| Obrigações Sociais e por Convênio | 30.394 | 28.713 |
| Caixa de Previdência e Assistência dos Funcionários do BANPARÁ | 30.394 | 28.713 |

18. SEGUROS

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$123.821 (R\$204.850 mil em 31 de dezembro de 2009), determinada em função de avaliação dos valores e riscos envolvidos.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e de seus clientes, no sentido de reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições. A Instituição não operou com derivativos no exercício de 2010.

20. ACORDO DE COMPENSAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

O BANPARÁ mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Em 31 de dezembro de 2010, a posição da obrigação do BANPARÁ que envolve referido acordo é a seguinte:

| Modalidade da Operação | Data do Contrato | Vencimento da obrigação | Valor do DIR | Juros Capitalizados | Valor Total |
|------------------------|------------------|-------------------------|--------------|---------------------|-------------|
| DI | 24.05.2010 | 21.02.2011 | 8.000 | 511 | 8.511 |
| DI | 23.08.2010 | 23.02.2011 | 30.250 | 1.134 | 31.384 |
| DI | 23.11..2010 | 23.05.2011 | 550 | 7 | 557 |
| DI | 22.11.2010 | 22.08.2011 | 5.000 | 60 | 5.060 |

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

a) Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

No exercício de 2010, foram apurados lucro tributável de Imposto de Renda e base positiva de Contribuição Social, sendo constituída a correspondente provisão.

| DESCRIÇÃO | 2010 | | 2009 | |
|--|--------|--------|--------|--------|
| | IR | CSLL | IR | CSLL |
| Resultado antes da trib. e participações | 98.826 | 98.826 | 62.324 | 62.324 |

| | | | | |
|---|---------------|---------------|---------------|--------------|
| Juros s/ Capital Próprio | (12.677) | (12.677) | (5.476) | (5.476) |
| Base de Cálculo | 86.149 | 86.149 | 56.848 | 56.848 |
| Adições (Exclusões) | 9.718 | 9.718 | 8.725 | 8.725 |
| Lucro Tributável antes das Compensações | 95.867 | 95.867 | 65.573 | 65.573 |
| Compensação Prejuízos Fiscais e Base Negativa | (28.760) | (28.760) | (19.672) | (19.672) |
| Base de Cálculo após Compensações | 67.107 | 67.107 | 45.901 | 45.901 |
| Alíquota Normal (15%) | 10.066 | 10.066 | 6.885 | 6.885 |
| Adicional do Imposto de Renda (10%) | 6.687 | - | 4.566 | - |
| Valores Devidos | 16.753 | 10.066 | 11.451 | 6.885 |
| Programa de Alimentação ao Trabalhador | (171) | - | (131) | - |
| Incentivos Fiscais | (282) | - | (250) | - |
| Prorrogação da Licença Maternidade | (67) | - | - | - |
| IR e CSLL a Pagar | 16.233 | 10.066 | 11.070 | 6.885 |

A Instituição, em processo de análise da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido relativo ao exercício 2009, concluiu sobre a necessidade de efetuar ajustes na apuração desses tributos no valor de R\$21 mil e R\$13 mil, respectivamente, uma vez que a despesa de PLR - Administradores no valor de R\$120 mil não havia sido considerada naquela base de cálculo. Conseqüentemente, a realização do crédito tributário de prejuízo fiscal e base negativa no valor de R\$9 mil e R\$5 mil, respectivamente, também foi ajustada.

Continuando o processo de análise da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido relativo ao período de janeiro a agosto de 2010, concluiu sobre a necessidade de efetuar ajustes na apuração desses tributos no valor de R\$86 mil e R\$80 mil, respectivamente, face reclassificação contábil das despesas com patrocínios sem incentivos e com incentivos fiscais, que não haviam sido considerados naquela base de cálculo. Conseqüentemente, a realização do crédito tributário de prejuízo fiscal e base negativa no valor de R\$57 mil e R\$34 mil também foi ajustada.

b) Créditos Tributários Ativados

O banco mantém registrado, como Ativo Fiscal Diferido, Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente, sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa, que totaliza R\$ 22.772 mil, demonstrado a seguir:

| Descrição | Saldo em 31/12/2009 | Realizações | Saldo em 31/12/2010 | Crédito tributário |
|-----------------|---------------------|-----------------|---------------------|--------------------|
| Prejuízo Fiscal | 66.917 | (29.936) | 36.981 | 9.245 |
| Base Negativa | 92.836 | (29.936) | 62.900 | 13.527 |
| Total | 159.753 | (59.872) | 99.881 | 22.772 |

Os créditos tributários foram constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes de IRPJ (25%) e CSLL (15%) sobre suas respectivas bases e, atualmente, são observados os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução nº 3.059/2002, do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução nº 3.355/2006, também do Conselho Monetário Nacional.

A ativação de crédito tributário está fundamentada em estudo técnico demonstrativo da expectativa de geração de resultados futuros, que possibilitam a sua realização no prazo de até 10 anos, conforme a seguir:

| Ano de Realização | IRPJ a Compensar | CSLL a Compensar | Total Geral |
|-------------------|------------------|------------------|-----------------|
| 2011 | (5.452) | (3.271) | (8.723) |
| 2012 | (3.793) | (3.626) | (7.419) |
| 2013 | - | (3.974) | (3.974) |
| 2014 | - | (2.656) | (2.656) |
| Total | (9.245) | (13.527) | (22.772) |

c) Créditos Tributários Não Ativados

O banco possui registrados créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 60.454 mil, demonstrado a seguir:

| Descrição | Saldo em 31/12/2009 | Realizações | Constituição | Saldo em 31/12/2010 | Crédito tributário |
|------------------------------------|---------------------|-------------|--------------|---------------------|--------------------|
| Provisão p/ Créditos em Liquidação | 95.074 | - | 9.312 | 104.386 | 44.740 |

| | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| Provisão p/ Outros Créditos | 18.695 | - | 1.996 | 20.691 | 8.292 |
| Provisão p/ Passivos Trabalhistas | 2.400 | (2.955) | - | (555) | (222) |
| Provisão p/ Ações Cíveis | 8.208 | - | 912 | 9.120 | 3.648 |
| Prejuízos em Operações. Swap | 516 | - | - | 516 | 129 |
| Provisão p/ Diferença de Inventário | 3.056 | - | - | 3.056 | 1.222 |
| Provisão p/ Riscos Fiscais | 3.390 | (682) | - | 2.708 | 1.083 |
| Provisão p/ Outros Valores e Bens | 4.087 | (396) | - | 3.691 | 1.562 |
| Total das Adições Temporárias | 135.426 | (4.033) | 12.220 | 143.613 | 60.454 |

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

22.1 Outras Receitas/Despesas Operacionais:

| Outras Receitas Operacionais | 31.12.10 | 31.12.09 |
|--|-----------------|-----------------|
| Recuperação de Encargos e Despesas | 642 | 147 |
| Atualização Monetária de Depósitos Judiciais | 3.121 | 1.831 |
| Atualização Monetária de Valores Ativos | 104 | 170 |
| Outras – Ações Judiciais | 923 | - |
| Outros | 614 | 2.528 |
| Total | 5.404 | 4.676 |

| Outras Despesas operacionais | 31.12.10 | 31.12.09 |
|---|-----------------|-----------------|
| Despesas Carteira Imobiliária | 980 | 8.816 |
| Despesas Descontos Concedidos | 31 | 23 |
| Despesas de Atualização de Impostos e Contribuição | 444 | 310 |
| Despesas de Atualização Monetária de Valores Passivos | 441 | 947 |
| Despesas de Atualização de Ações Judiciais | 2.502 | 1.539 |
| Despesas de Ações Judiciais | 386 | 1.126 |
| Despesas Vinculadas ao SFH | 214 | - |
| Outras Despesas Operacionais | 503 | 746 |
| Total | 5.501 | 13.507 |

22.2 Outras Receitas/Despesas Não Operacionais:

| Outras Receitas/ Despesas Não Operacionais | 31.12.10 | 31.12.09 |
|---|-----------------|-----------------|
| Reversão de provisões não operacionais | 397 | 192 |
| Insubstitências Passivas | 202 | 2.529 |
| Lucros em Transações com Valores Mobiliários | 502 | 1.509 |
| Rendas de Aluguel | 233 | 229 |
| Outras Receitas não Operacionais | 534 | 217 |
| Prejuízos em transações com valores | - | (1) |
| Insubstitências ativas | (854) | (299) |
| Superveniência Passiva | (36) | (538) |
| Roubos por Assalto | (2.571) | (2.637) |
| Provisões não operacionais | - | (162) |
| Outras Despesas não Operacionais | (118) | (85) |
| Total | (1.711) | 954 |

23. Eventos Subsequentes

Tendo em vista a realização em 28 de dezembro de 2010 da Assembleia Geral Extraordinária que elegeu novos membros do Conselho de Administração, cuja posse, no entanto, somente ocorrerá após homologação das deliberações da reunião pelo Banco Central do Brasil, o Conselho de Administração, reunido extraordinariamente nessa data, recebeu orientação do Acionista Controlador, o Estado do Pará, no sentido de indicar os seguintes nomes para serem eleitos como membros da Diretoria Colegiada, com mandato complementar até a primeira reunião do Conselho de Administração após a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2012: o Sr. AUGUSTO SÉRGIO AMORIM COSTA, brasileiro, economista e advogado, para o cargo de DIRETOR PRESIDENTE; a Sra. MÁRCIA REGINA MAUÉS DA COSTA MIRANDA, brasileira, para o cargo de DIRETORA ADMINISTRATIVA; o Sr. BRASELINO CARLOS DA ASSUNÇÃO SOUSA DA SILVA, brasileiro, bancário, para o cargo de DIRETOR DE CONTROLADORIA E PLANEJAMENTO; a Sra. GEIZE MARIA TEIXEIRA DA SILVA DE FIGUEIREDO, brasileira, economista – funcionária pública, para o cargo de DIRETORA FINANCEIRA; o Sr. JORGE WILSON CAMPOS E SILVA ANTUNES, brasileiro, economista, para o cargo de DIRETOR DE CREDITO E FOMENTO, e o Sr. EUGÊNIO LUÍS DE SOUSA PESSOA, brasileiro, engenheiro eletricitista – habilitação em eletrônica, para o cargo de DIRETOR DE TECNOLOGIA.

24. Convergência Contábil aos Padrões Internacionais



A Resolução CMN nº 3.786, de 24 de setembro de 2009, e as Circulares BACEN nº 3.472, de 23 de outubro de 2009 e nº 3.516, de 23 de dezembro de 2010, estabeleceram que somente as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – International Accounting Standards Board.

O BANPARÁ não possui subsidiárias e não controla Empresas de Propósito Específico (EPE), portanto, considerando os termos do IAS 27 e do SIC 12, não está sujeita a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, Administradores e Acionistas do
Banpará S.A. - Banco do Estado do Pará
Belém – PA

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco do Estado do Pará S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, os quais emitiram relatório datado de 19 de fevereiro de 2010, sem conter modificação.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2011

Eliardo Araújo Lopes Vieira
Sócio-contador
CRC 1SP241582/O-6 “S” PA
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” PA

José Luiz de Souza Gurgel
Sócio-contador
CRC 1RJ087339/O-4 “S” PA
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” PA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Inciso II do artº 163 da Lei nº 6.404/76, tendo examinado o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório da Diretoria, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela Instituição, no período.

Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém(PA), 23 de fevereiro de 2011.

Conselho Fiscal



Banpara

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 do Banco do Estado do Pará S/A – BANPARÁ e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Belém (PA), 18 de março de 2011.



Augusto Sérgio Amorim Costa
Diretor Presidente

Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva
Diretor

Márcia Regina Maués da Costa Miranda
Diretora

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes
Diretor

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora

Eugênio Luis de Sousa Pessoa
Diretor

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da BDO Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 do Banco do Estado do Pará S/A – BANPARÁ, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 18 de março de 2011.



Augusto Sérgio Amorim Costa

Diretor Presidente

Banpara

Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva

Diretor

Márcia Regina Maués da Costa Miranda

Diretora

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes

Diretor

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo

Diretora

Eugênio Luis de Sousa Pessoa

Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

HELENILSON CUNHA PONTES
Presidente

AUGUSTO SÉRGIO AMORIM COSTA
Membro

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO
Membro

MAURO CESAR LISBOA DOS SANTOS
Membro

MARCO ANTONIO LOPES MONTEIRO
Membro

JOSÉ ALVES TAVARES
Membro

DIRETORIA

AUGUSTO SÉRGIO AMORIM COSTA
Presidente

BRASELINO CARLOS DA ASSUNÇÃO SOUSA DA SILVA
Diretor

MÁRCIA REGINA MAUÉS DA COSTA MIRANDA
Diretora

JORGE WILSON CAMPOS E SILVA ANTUNES
Diretor

GEIZE MARIA TEIXEIRA DA SILVA DE FIGUEIREDO
Diretora

EUGÊNIO LUIS DE SOUSA PESSOA
Diretor

CONSELHO FISCAL

ALEX BOLONHA FIÚZA DE MELLO
Membro

JOSÉ MARIA TAVARES TEIXEIRA
Membro

MARIA DO CÉU GUIMARÃES DE ALECAR
Membro

LUIZ ALBERTO NERY SAMPAIO
Contador CRC (PA) nº 6678
